

## Língua Portuguesa

|                                                                                                         |    |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| 1. Leitura, compreensão e interpretação de textos .....                                                 | 9  |
| 2. coesão e coerência textual. ....                                                                     | 13 |
| 3. Ortografia.....                                                                                      | 14 |
| 4. Acentuação .....                                                                                     | 15 |
| 5. pontuação.....                                                                                       | 16 |
| 6. Estrutura e formação de palavras. ....                                                               | 18 |
| 7. Semântica (ciência dos significados). Sinônimos, antônimos, parônimos, homônimos. ....               | 20 |
| 8. Classes gramaticais. Morfossintaxe: o nome e seus determinantes. ....                                | 21 |
| 9. O verbo (conjugação verbal) e vozes verbais (ativa, passiva, reflexiva). ....                        | 29 |
| 10. Estrutura do período, da oração e da frase. Períodos compostos por coordenação e subordinação. .... | 32 |
| 11. Concordância nominal e verbal .....                                                                 | 34 |
| 12. Regência nominal e verbal. ....                                                                     | 36 |
| 13. Colocação pronominal (próclise, mesóclise; ênclise).....                                            | 38 |
| 14. Pronomes de tratamento (usos e adequações). ....                                                    | 39 |
| 15. Estilística: figuras de linguagem (denotação e conotação). ....                                     | 39 |
| 16. Funções da linguagem. ....                                                                          | 42 |

## Conhecimentos Gerais

|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |    |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| 1. O Brasil seus Estados: política, economia, sociedade, educação, segurança, artes e literatura e suas vinculações históricas, ciência, tecnologia e inovação. Meio ambiente, sustentabilidade e aquecimento global. Desastres naturais e humanos. Sociedade e comportamento. Guerras, conflitos e terrorismo ..... | 53 |
| 2. O Município de SIMÕES FILHO/BA – história, educação, turismo, cultura e geografia.....                                                                                                                                                                                                                            | 53 |

## Conhecimentos Específicos

|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     |     |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 1. Estrutura Educacional Brasileira. Constituição da República Federativa do Brasil 1988.....                                                                                                                                                                                                                                                       | 59  |
| 2. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9398/96 .....                                                                                                                                                                                                                                                                                     | 62  |
| 3. Parâmetros Curriculares Nacionais .....                                                                                                                                                                                                                                                                                                          | 78  |
| 4. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental .....                                                                                                                                                                                                                                                                                | 118 |
| 5. Fundamentos Pedagógicos (Escolas pedagógicas (Tradicional, tecnicista, crítico-social dos conteúdos, liberal e libertadora) .....                                                                                                                                                                                                                | 125 |
| 6. Teorias pedagógicas da educação (Comportamentalismo, cognitivismo, construtivismo, sócio interacionismo); Diferentes concepções sobre educação (Piaget, Freinet, Emília Ferreiro, Montessori, Dewey, Carl Rogers, Paulo Freire, Vigotsky, Freud, Gardner, Henry Wallon, Phillipe Perrenoud, César Coll, Skinner, Anísio Teixeira e outros) ..... | 135 |
| 7. Psicologia do desenvolvimento.....                                                                                                                                                                                                                                                                                                               | 140 |
| 8. Avaliação da aprendizagem .....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  | 156 |
| 9. Práticas docentes .....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          | 160 |
| 10. Metodologias e estratégias de ensino .....                                                                                                                                                                                                                                                                                                      | 160 |
| 11. Políticas Públicas Educacionais no Brasil.....                                                                                                                                                                                                                                                                                                  | 162 |
| 12. Estatuto da Criança e do Adolescente .....                                                                                                                                                                                                                                                                                                      | 169 |
| 13. Orientações técnicas para Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes - Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente e Conselho Nacional de Assistência Social .....                                                                                                                                                     | 210 |

## Material Digital Legislação

|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |     |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 1. Constituição Federal de 1988 (Artigos nº 205 a nº 214).....                                                                                                                                                                                                                                                            | 4   |
| 2. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei Federal 9.394/1996 e suas alterações, atentando para os artigos 2º, 3º, 4º, 11º, 12º, 13º, 14º, 18º, 21º, 22º, 58º, 59º e 61º.....                                                                                                                                | 7   |
| 3. Lei Brasileira de Inclusão- Lei Federal nº 13.146/2015 e suas alterações.....                                                                                                                                                                                                                                          | 10  |
| 4. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 anos- Resolução CNE-CEB nº 07/2010.....                                                                                                                                                                                                               | 27  |
| 5. Diretrizes Curriculares Nacionais para educação Infantil; Resolução CNE/CEB nº 5 de 17 de dezembro de 2009- fixa as diretrizes Curriculares nacionais para Educação Infantil.....                                                                                                                                      | 34  |
| 6. Referencial curricular nacional para a educação infantil / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. — Brasília: MEC/SEF, 1998.....                                                                                                                                                    | 37  |
| 7. Indicadores da Qualidade na Educação Infantil / Ministério da Educação/Secretaria da Educação Básica – Brasília: MEC/SEB, 2009.....                                                                                                                                                                                    | 131 |
| 8. Avaliação Diretrizes operacionais para a Educação de Jovens e Adultos nos aspectos relativos ao seu alinhamento à Política Nacional de Alfabetização (PNA) e à Base Nacional Comum Curricular (BNCC) a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica..... | 131 |
| 9. Resolução nº 04/2010 CNE/CEB que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para Educação Básica.....                                                                                                                                                                                                        | 135 |
| 10. Estatuto do Magistério da Rede Pública do Município de Simões Filho.....                                                                                                                                                                                                                                              | 144 |
| 11. Lei Orgânica do Município de Simões Filho.....                                                                                                                                                                                                                                                                        | 154 |
| 12. Estatuto e Regime Jurídico Único dos Servidores da Administração Direta e Indireta do Município de Simões Filho.....                                                                                                                                                                                                  | 182 |
| 13. Código de Posturas do Município de Simões Filho.....                                                                                                                                                                                                                                                                  | 198 |
| 14. Lei nº 729/2007 Estatuto dos Professores.....                                                                                                                                                                                                                                                                         | 214 |
| 15. Lei nº 732/2007 Plano de cargos e salários do magistério.....                                                                                                                                                                                                                                                         | 214 |
| 16. LEI Nº 13.869/2019 - Lei de abuso de autoridade.....                                                                                                                                                                                                                                                                  | 229 |
| 17. Lei 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa).....                                                                                                                                                                                                                                                               | 234 |

## Fundamentos da Educação

|                                                                                                                                                                                                                                                                             |     |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 1. Planejamento e organização do trabalho pedagógico: processo de planejamento, concepção, importância, dimensões e níveis; planejamento participativo: concepção, construção, acompanhamento e avaliação; planejamento escolar: planos da escola, do ensino e da aula..... | 245 |
| 2. currículo do proposto à prática.....                                                                                                                                                                                                                                     | 255 |
| 3. tecnologia da informação e comunicação na educação.....                                                                                                                                                                                                                  | 259 |
| 4. Educação para diversidade, cidadania e educação para direitos humanos;.....                                                                                                                                                                                              | 264 |
| 5. Educação ambiental.....                                                                                                                                                                                                                                                  | 269 |
| 6. fundamentos legais da Educação especial/ inclusiva e o papel do professor;.....                                                                                                                                                                                          | 270 |
| 7. educação/ sociedade e prática escolar;.....                                                                                                                                                                                                                              | 283 |
| 8. Didática e prática histórico-cultural, a didática na formação do professor.....                                                                                                                                                                                          | 287 |
| 9. processo de ensino e de aprendizagem.....                                                                                                                                                                                                                                | 300 |
| 10. relação professor/aluno.....                                                                                                                                                                                                                                            | 301 |
| 11. os componentes do processo de ensino: objetivos, conteúdos, métodos; estratégias pedagógicas e os meios.....                                                                                                                                                            | 302 |
| 12. interdisciplinaridade e transdisciplinaridade do conhecimento.....                                                                                                                                                                                                      | 304 |
| 13. avaliação escolar.....                                                                                                                                                                                                                                                  | 305 |

## ÍNDICE

|                                                                                                                                       |     |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 14. avaliação em Larga Escala e suas implicações pedagógicas.....                                                                     | 307 |
| 15. o papel político do ensinar e do aprender; projeto político pedagógico da escola: concepção, princípios e eixos norteadores ..... | 308 |
| 16. Políticas públicas para Educação Básica.....                                                                                      | 322 |

### Atenção

- Para estudar o Material Digital acesse sua “Área do Aluno” em nosso site ou faça o resgate do material seguindo os passos da página 2.

<https://www.editorasolucao.com.br/customer/account/login/>

**IDENTIFICANDO O TEMA DE UM TEXTO**

O tema é a ideia principal do texto. É com base nessa ideia principal que o texto será desenvolvido. Para que você consiga identificar o tema de um texto, é necessário relacionar as diferentes informações de forma a construir o seu sentido global, ou seja, você precisa relacionar as múltiplas partes que compõem um todo significativo, que é o texto.

Em muitas situações, por exemplo, você foi estimulado a ler um texto por sentir-se atraído pela temática resumida no título. Pois o título cumpre uma função importante: antecipar informações sobre o assunto que será tratado no texto.

Em outras situações, você pode ter abandonado a leitura porque achou o título pouco atraente ou, ao contrário, sentiu-se atraído pelo título de um livro ou de um filme, por exemplo. É muito comum as pessoas se interessarem por temáticas diferentes, dependendo do sexo, da idade, escolaridade, profissão, preferências pessoais e experiência de mundo, entre outros fatores.

Mas, sobre que tema você gosta de ler? Esportes, namoro, sexualidade, tecnologia, ciências, jogos, novelas, moda, cuidados com o corpo? Perceba, portanto, que as temáticas são praticamente infinitas e saber reconhecer o tema de um texto é condição essencial para se tornar um leitor hábil. Vamos, então, começar nossos estudos?

Propomos, inicialmente, que você acompanhe um exercício bem simples, que, intuitivamente, todo leitor faz ao ler um texto: reconhecer o seu tema. Vamos ler o texto a seguir?

**CACHORROS**

Os zoólogos acreditam que o cachorro se originou de uma espécie de lobo que vivia na Ásia. Depois os cães se juntaram aos seres humanos e se espalharam por quase todo o mundo. Essa amizade começou há uns 12 mil anos, no tempo em que as pessoas precisavam caçar para se alimentar. Os cachorros perceberam que, se não atacassem os humanos, podiam ficar perto deles e comer a comida que sobrava. Já os homens descobriram que os cachorros podiam ajudar a caçar, a cuidar de rebanhos e a tomar conta da casa, além de serem ótimos companheiros. Um colaborava com o outro e a parceria deu certo.

Ao ler apenas o título “Cachorros”, você deduziu sobre o possível assunto abordado no texto. Embora você imagine que o texto vai falar sobre cães, você ainda não sabia exatamente o que ele falaria sobre cães. Repare que temos várias informações ao longo do texto: a hipótese dos zoólogos sobre a origem dos cães, a associação entre eles e os seres humanos, a disseminação dos cães pelo mundo, as vantagens da convivência entre cães e homens.

As informações que se relacionam com o tema chamamos de subtemas (ou ideias secundárias). Essas informações se integram, ou seja, todas elas caminham no sentido de estabelecer uma unidade de sentido. Portanto, pense: sobre o que exatamente esse texto fala? Qual seu assunto, qual seu tema? Certamente você chegou à conclusão de que o texto fala sobre a relação entre homens e cães. Se foi isso que você pensou, parabéns! Isso significa que você foi capaz de identificar o tema do texto!

Fonte: <https://portuguesrapido.com/tema-ideia-central-e-ideias-secundarias/>

**IDENTIFICAÇÃO DE EFEITOS DE IRONIA OU HUMOR EM TEXTOS VARIADOS****Ironia**

Ironia é o recurso pelo qual o emissor diz o contrário do que está pensando ou sentindo (ou por pudor em relação a si próprio ou com intenção depreciativa e sarcástica em relação a outrem).

A ironia consiste na utilização de determinada palavra ou expressão que, em um outro contexto diferente do usual, ganha um novo sentido, gerando um efeito de humor.

Exemplo:



Na construção de um texto, ela pode aparecer em três modos: ironia verbal, ironia de situação e ironia dramática (ou satírica).

***Ironia verbal***

Ocorre quando se diz algo pretendendo expressar outro significado, normalmente oposto ao sentido literal. A expressão e a intenção são diferentes.

Exemplo: Você foi tão bem na prova! Tirou um zero incrível!

***Ironia de situação***

A intenção e resultado da ação não estão alinhados, ou seja, o resultado é contrário ao que se espera ou que se planeja.

Exemplo: Quando num texto literário uma personagem planeja uma ação, mas os resultados não saem como o esperado. No livro “Memórias Póstumas de Brás Cubas”, de Machado de Assis, a personagem título tem obsessão por ficar conhecida. Ao longo da vida, tenta de muitas maneiras alcançar a notoriedade sem suces-

Cultural e Beneficente de Água Comprida, residente no distrito, pesquisou sobre a oportunidade da emancipação do município, levando o grupo a investigar e analisar as possibilidades.

Foi nesta época que o Sr. Irênio Chaves fez o primeiro Projeto de Emancipação de Água Comprida, o qual não obteve êxito devido à falta de interesse de um deputado estadual que recebeu a incumbência de trabalhar na Assembleia Legislativa pela libertação do distrito.

Verificou-se através de pesquisa do Instituto Brasileira de Geografia e Estatística, que no distrito de Água Comprida, existiam 15.000 habitantes, o que possibilitaria a reivindicação de transformar a comunidade em município.

Em 1961, Hermínio Manoel Bonifácio, o popular “Mimi” foi encarregado de participar ao deputado Padre Luiz Palmeira, a decisão dos habitantes do distrito.

À época, o prefeito da cidade (de Salvador), Heitor Dias Pereira, ao tomar conhecimento da reivindicação dos moradores do distrito de Água Comprida, procurou dificultar a ação, pois não era de interesse da Prefeitura de Salvador, perder a renda proporcionada pela Fábrica de Cimento Aratu, pela Cerâmica Senhor do Bonfim, e outras empresas, chegando a enviar cinco sindicalistas ao distrito, para ajudar contra a reivindicação.

Em 27 de julho do mesmo ano, Astério Andrade, Niceto dos Santos, Walter Tolentino Álvares, Hermínio Manoel Bonifácio e mais cinco sindicalistas reuniram-se com o deputado Padre Luiz Palmeira e, em acirrada discussão, decidiram continuar a luta. No dia seguinte, o Padre Luiz Palmeira procurou o Vice-Governador, em exercício, Dr. Orlando Moscoso Barreto de Araújo, que substituíra o Governador General Juracy Montenegro Magalhães, recebendo o comunicado de que um plebiscito já havia sido autorizado pela justiça, para definir se os moradores queriam ou não a emancipação.

Numa noite memorável, na Escola Clarice Ferreira, onde se realizava uma Assembleia para discutir o plebiscito, o Padre Luiz Palmeira, fez uso da palavra e “com sua pujança de guerreiro e sua exímia eloquência de tribuno, aliada às suas inteligentes réplicas, foi eliminando um a um os contra a emancipação” (Apolinário da Hora – Água Comprida – 2005).

O Deputado Padre Luiz Palmeira convocou todos os deputados que faziam parte da Comissão de Municipalidades, na Assembleia Legislativa, aprovando o projeto de emancipação do município sem a necessidade de realização do plebiscito. A Lei nº 1.538 de 07 de novembro de 1961, foi sancionada pelo Vice-Governador, criando assim o nosso município.

No dia seguinte, uma caravana composta pelo deputado Padre Luiz Palmeira, vereadores de Salvador e convidados, foi recebida por Altamirando de Araújo Ramos e sua esposa Sra. Noêmia Meireles Ramos que, reunindo-se aos emancipadores e comunidade, comemoraram o feito.

As eleições para prefeito e vereadores, foram realizadas em 03 de outubro, de acordo com o art. 3º da Lei 1.538, sendo eleito o Dr. Cícero Simões da Silva Freitas, o primeiro Prefeito de Simões Filho.

A instalação do município e posse dos eleitos efetivou-se em 07 de abril de 1963, ficando o seu território, provisoriamente, sob a administração do município de Salvador, que ficou obrigado a aplicar no distrito de Água Comprida, até a sua emancipação definitiva, 70% da renda arrecadada no mesmo.

Antes da legislação própria, vigorou a do município de Salvador, salvo a Lei Orçamentária, que foi decretada quinze dias após a instalação do município por ato do prefeito Cícero Simões, mediante proposta do Departamento das Municipalidades.

A segunda pessoa a ocupar o poder executivo através de eleição direta, foi a Sra. Noêmia Meireles Ramos e, a terceira, o Dr. Berlindo Mamede de Oliveira.

Em 22 de junho de 1972, através do Decreto Lei nº 1.225, o município foi considerado área de segurança nacional, passando a ser administrado pelo Prefeito nomeado.

Por conta desse decreto, a população do município deixou de participar diretamente da escolha de seu prefeito, ficando tal encargo com o Presidente da República, que logo designou como Prefeito o engenheiro Walter Aragão de Souza, que governou de fevereiro de 1973 a janeiro de 1976.

O segundo prefeito, designado pelo Presidente da República foi o engenheiro civil Dr. João Filgueira Simões Filho, que governou o município de janeiro de 1976 a dezembro de 1985. Com a abertura política, o município deixou de ser área de segurança nacional, readquirindo o direito de escolher diretamente, através do voto, seus dirigentes o que voltou a ocorrer em 15 de novembro de 1985, sendo eleito o Sr. Eduardo de Santana Simões, que governou de janeiro de 1986 a dezembro de 1988.

Em seguida o município foi governado pelo Dr. Berlindo Mamede de Oliveira de 1989 a 1992, pelo Dr. José Eduardo Mendonça de Alencar de 1993 a 1996, pelo Sr. Edson Almeida de Jesus de 1997 a 2000, pelo Dr. José Eduardo Mendonça de Alencar de 2001 a 2004, pelo Sr. Edson Almeida de Jesus de 2005 a 2008, e novamente pelo Dr. José Eduardo Mendonça de Alencar de 2009 a 2016.

Em 2017, o Sr. Diogenes Tolentino Oliveira, que já havia sido vice-prefeito da cidade entre os anos de 2005 e 2008, e vereador entre os anos de 1996 e 2003, foi eleito pela primeira vez Prefeito do Município de Simões Filho. Em 2020, o então Prefeito Diogenes foi reconduzido ao cargo de Chefe do Executivo municipal para governar a cidade durante o quadriênio de 2021-2024 estando, no momento, no segundo ano do seu segundo mandato.

Simões Filho é a 7ª economia do Estado da Bahia, e caminha cada vez mais na melhoria de condições de renda e qualidade de vida de sua população.

A apenas 20 km de Salvador, Simões Filho é considerada um dos mais fortes polos industriais da Bahia, possuindo hoje quase 200 indústrias nos mais diversos seguimentos e um porto natural extremamente protegido a baía de Aratu, importante fator para escoamento de produção das indústrias locais.

Símbolo da nossa identidade, o Brasão das Armas do Município de Simões Filho, foi criado em 13 de maio de 1963, época em que Cícero Simões era o Prefeito Municipal e Amphilóphio Bandeira Carvalho o seu Secretário, pela Lei nº 1 de 13 de maio de 1933 e é constituído por:

termos das transformações sucessivas que o caracterizam, transformações que são marcadas pela evolução biológica (que é constante para todos os seres humanos) e pela vivência cultural.

#### Plasticidade Cerebral

O cérebro humano apresenta uma grande plasticidade. Plasticidade é a possibilidade de formação de conexões entre neurônios a partir das sinapses. A plasticidade se mantém pela vida toda, embora sua amplitude varie segundo o período de formação humana. Assim é que, quanto mais novo o ser humano, maior plasticidade apresenta. Certas conexões se fazem com uma rapidez muito grande na criança pequena. É isto que possibilita o desenvolvimento da linguagem oral, a aprendizagem de uma ou mais línguas maternas simultaneamente, o domínio de um instrumento musical, o desenvolvimento dos movimentos complexos e a perícia de alguns deles, como aqueles envolvidos no ato de desenhar, de correr, de nadar...

Consequentemente a infância é o período de maior plasticidade e isto atende, naturalmente, ao processo intenso de crescimento e desenvolvimento que ocorre neste período. Assim, a plasticidade atende às necessidades da espécie.

Que possibilidades concretas são estas de formação de conexões? O cérebro humano dispõe de cerca de 100 bilhões de neurônios, sendo que cada um pode chegar a estabelecer cerca de 1000 sinapses, em certas circunstâncias ainda mais. Desta forma, as possibilidades são de trilhões de conexões, o que significa que a capacidade de aprender de cada um de nós é absolutamente muito ampla.

Enquanto espécie, o ser humano apresenta, desde o nascimento, uma plasticidade muito grande no cérebro, podendo desenvolver várias formas de comportamento, aprender várias línguas, utilizar diferentes recursos e estratégias para se inserir no meio, agir sobre ele, avaliar, tomar decisões, defender-se, criar condições de sobrevivência ao longo de sua vida.

A plasticidade cerebral também permite que áreas do cérebro destinadas a uma função específica possam assumir outras funções, como, por exemplo, o córtex visual no caso das crianças que nascem cegas. Como esta parte do cérebro não será “chamada a funcionar”, pois o aparelho da visão apresenta impedimentos (então não manda informação a partir da percepção visual para o cérebro), ela poderá assumir outras funções.

Plasticidade cerebral é, também, a possibilidade de realizar a “interdisciplinaridade” do cérebro: áreas desenvolvidas por meio de um tipo de atividade podem ser “aproveitadas” para aprender outros conhecimentos ou desenvolver áreas relativas a outro tipo de atividade. Por exemplo, áreas desenvolvidas pela música, como a de ritmo, são “aproveitadas” no ato da leitura da escrita ou a de divisão do tempo na aprendizagem de matemática.

A ação da criança depende da maturação orgânica e das possibilidades que o meio lhe oferece: ela não poderá realizar uma ação para a qual não tenha o substrato orgânico, assim como não fará muitas delas, mesmo que biologicamente apta, se a organização do seu meio físico e social não propiciar sua realização ou se os adultos não a ensinarem.

O ser humano aprende somente as formas de ação que existem em seu meio, assim como ele aprende somente a língua ou as línguas que aí forem faladas. As estratégias de ação e os padrões de interação entre as pessoas são definidos pelas práticas culturais.

Isto significa que a cultura é constitutiva dos processos de desenvolvimento e de aprendizagem.

A criança se constitui enquanto membro do grupo por meio da formação de sua identidade cultural, que possibilita a convivência e sua permanência no grupo. Simultaneamente ela constitui sua personalidade que a caracterizará como indivíduo único.

Os comportamentos e ações privilegiados em cada cultura são, então, determinantes no processo de desenvolvimento da criança.

A vida no coletivo sempre envolve a cultura: as brincadeiras, o faz de conta, as festas, os rituais, as celebrações são todas situações em que a criança se constitui como ser de cultura.

#### Desenvolvimento Cultural

O desenvolvimento tecnológico e o processo de globalização da informação por meio da imagem modificaram os processos de desenvolvimento cultural por introduzirem novas formas de mediação. As novas gerações desenvolvem-se com diferenças importantes em relação às gerações precedentes, por meio, por exemplo, da interação com a informática, com as imagens presentes por meio urbano (várias formas de propaganda, como cartazes, outdoors móveis). O mesmo acontece com crianças nas zonas rurais com o advento da eletricidade e da TV, ou com crianças indígenas que passaram a experienciar o processo de escolarização e, também, em vários casos a presença de novos instrumentos culturais como o rádio, a TV, câmeras de vídeo, fotografia, entre outros.

O desenvolvimento do cérebro é função da cultura e dos objetos culturais existentes em um determinado período histórico. Novos instrumentos culturais levam a novos caminhos de desenvolvimento. O computador é um bom exemplo: modificou as formas de lidar com informações, provocando mudanças nos caminhos da memória. A presença de novos elementos imagéticos e cinestésicos repercute no desenvolvimento de funções psicológicas como a atenção e a imaginação.

Considerando, então, que o cérebro se desenvolve do diálogo entre a biologia da espécie e a cultura, verifica-se que, na escola, o currículo é um fator que interfere no desenvolvimento da pessoa.

Os “conteúdos” escolhidos para o currículo irão, sem dúvida, ter um papel importante na formação. As atividades para conduzi-las às aprendizagens, precisam estar adequadas às estratégias de desenvolvimento próprias de cada idade. Em outras palavras, a realização do currículo precisa mobilizar algumas funções centrais do desenvolvimento humano, como a função simbólica, a percepção, a memória, a atenção e a imaginação.

#### Linguagem e Imagens Mentais: percepção, memória e imaginação desenvolvimento da função simbólica

A partir da sua ação e interação com o mundo (a natureza, as pessoas, os objetos) e das práticas culturais, a criança constitui o que chamamos de função simbólica, ou seja, a possibilidade de representar, mentalmente, por símbolos o que ela experiencia, sensivelmente, no real.

O desenvolvimento da função simbólica no ser humano é de extrema importância, uma vez que é por meio do exercício desta função que o ser humano pode construir significados e acumular conhecimentos.

Todo ensino na escola, de qualquer área do conhecimento, implica na utilização da função simbólica. As atividades que concorrem para a formação da função simbólica variam conforme o período



( ) Provoca o distanciamento dos autores que participam do processo ensino e aprendizagem.

( ) Identifica as aptidões iniciais, necessidades e interesses dos estudantes com o objetivo de determinar os conteúdos e as estratégias de ensino mais adequadas.

( ) Constitui uma importante fonte de informações para o atendimento às diferenças culturais, sociais e psicológicas dos alunos.

( ) Fundamenta-se na verificação do desempenho dos alunos, perante os objetivos de ensino previamente estabelecidos no planejamento.

( ) Realizada durante o processo de ensino e aprendizagem, com a finalidade de melhorar as aprendizagens em curso, por meio de um processo de regulação permanente.

( ) Subsidiaria o planejamento e permite estabelecer o nível de necessidades iniciais para a realização de um planejamento adequado.

( ) Possibilita localizar as dificuldades encontradas no processo de assimilação e produção do conhecimento.

Assinale a alternativa que contém a ordem CORRETA de associação, de cima para baixo.

(A) 3, 2, 1, 1, 1, 3, 2

(B) 3, 1, 2, 3, 2, 1, 2

(C) 3,1, 2,1, 2,1, 3,1

(D) 1, 3, 2, 3, 1, 2, 2

(E) 2, 1, 3, 1, 1, 2, 3

20. (IBADE/SEE/PB) O processo de ensino pelo qual a matéria (conteúdos, conhecimentos sobre determinado fato, acontecimento ou fenômeno natural) é estudada no seu relacionamento com fatos sociais a ela conexos é denominado:

(A) conversação didática.

(B) trabalho em grupo.

(C) trabalho independente.

(D) estudo do meio.

(E) elaboração conjunta.

21. (IF/SC) Ao estudar a questão do planejamento na prática docente, Sandra M. Corazza afirma que “a ação pedagógica é uma forma de política cultural, exigindo por isso uma intervenção intencional que é, sem dúvida, de ordem ética. (...) implica respeito e responsabilidade para com esta nossa ação e para com os sujeitos dela integrantes, seus grupos sociais e suas culturas. (...) Então, como ir para a escola (significada como um território de luta por sentidos e identidades) e exercer uma pedagogia (entendida como uma forma de política cultural), sem planejar nossas ações? Ora, agir assim demonstraria que, no mínimo, não levamos muito a sério as responsabilidades pedagógicas e políticas do nosso trabalho!”

(COFRAZZA, Sandra Mara. Planejamento de ensino como estratégia de política cultural. In: MO REI IRA, Antonio Flavio B. (Org.). Currículo: questões atuais. Campinas: Papirus, 1997, p. 121)

A partir das ideias exportadas acima, pode-se afirmar que:

(A) a ação didática pretende superar as dificuldades de aprendizagem dos alunos e os desafios da prática pedagógica atual.

(B) o ato de planejar é fundamental para efetivar uma ação didática ética e politicamente responsável.

(C) a responsabilidade do profissional docente passa por um saber-fazer que vai além do planejar, passando pela luta por uma sociedade sem desigualdade.

(D) a ação pedagógica pode prescindir do planejamento e assume-se como fazer fundamentalmente prático e vivencial.

(E) a intervenção intencional, ou seja, a ação didática constitui o ato maior da educação, o que deixa o planejamento em segundo plano.

22. (UPENET/IAUPE– UPE) Na educação contemporânea, a organização curricular tem como foco

(A) a organização sequencial de disciplinas de um curso.

(B) o conjunto de atividades planejadas para um curso.

(C) o processo dinâmico de organização e construção do conhecimento pelo estudante.

(D) o percurso da vida educacional e profissional de uma pessoa.

(E) as normas e orientações dadas durante um programa ou curso.

23. (IFB Parte inferior do formulário) Sobre a educação de jovens e adultos marque a alternativa CORRETA.

(A) A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos na educação básica e no ensino superior.

(B) O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.

(C) Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, possibilitando a aprendizagem, não habilitando, porém ao prosseguimento de estudos.

(D) A idade mínima necessária para a realização de exames supletivos é de mais de dezesseis anos para o nível de conclusão do ensino fundamental e de mais de dezoito anos para o nível de conclusão do ensino médio.

(E) Os conhecimentos e habilidades adquiridos pelos educandos por meios informais serão aferidos e reconhecidos mediante a apresentação de documentos comprobatórios do trabalho.

24. (CONSULPLAN/TSE) Um planejamento que valoriza a aquisição de estratégias cognitivas de ordem superior e o papel do sujeito como responsável por sua própria aprendizagem está relacionado a uma perspectiva metodológica que tem como central o trabalho com

(A) projetos de trabalho.

(B) instruções programadas.

(C) aulas expositivas.

(D) exercícios de ensaio e erro.